



Aquaervas – Águas de Elvas, S.A.

Relatório e Contas 2015

aquaervas 



W
W
M

ÍNDICE

1. RELATÓRIO DE GESTÃO	3
2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	16
3. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	21
4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS.....	42

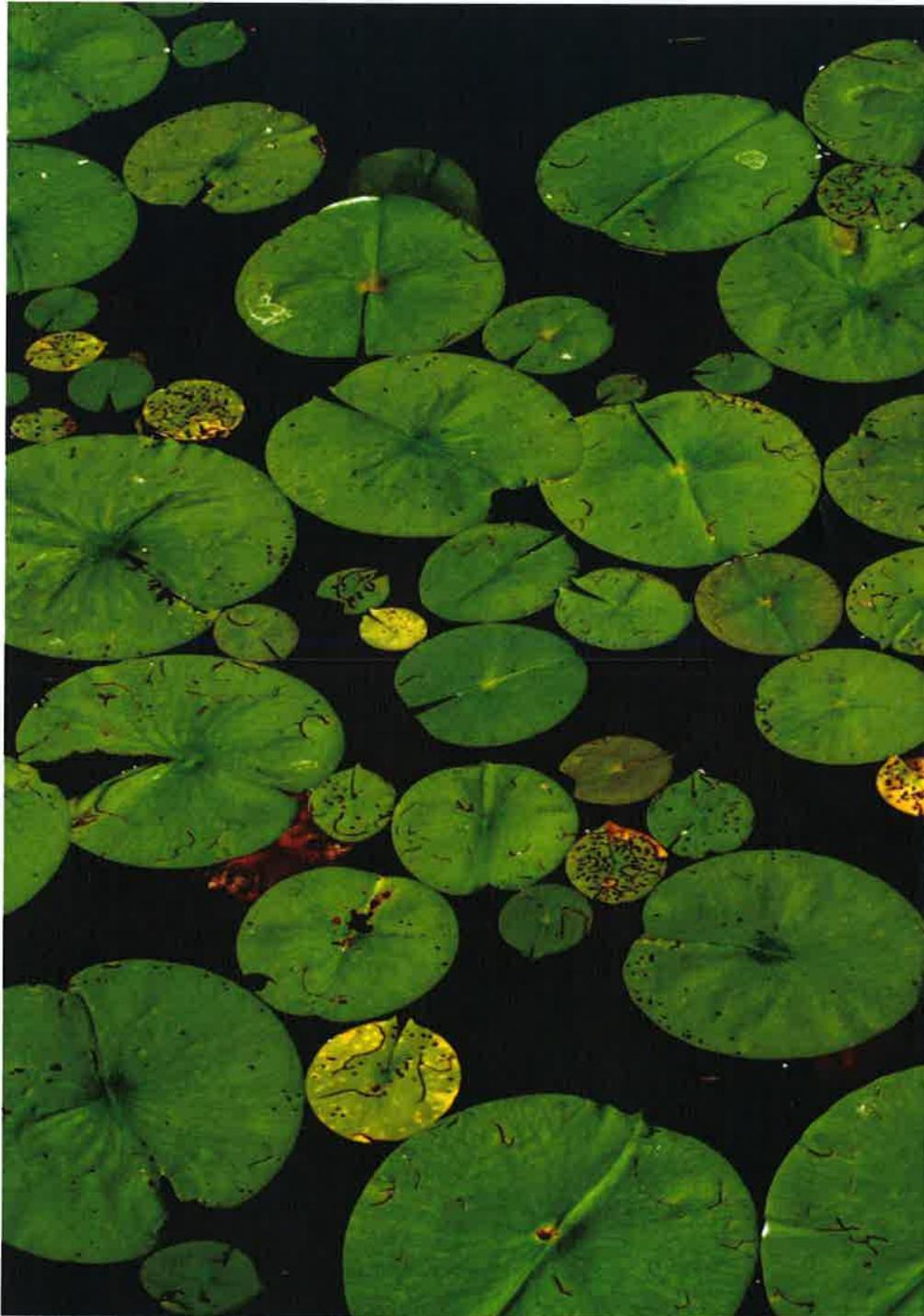


Senhores Acionistas,

Em cumprimento com o disposto na Lei e nos Estatutos da Aqualvas - Águas de Elvas, S.A., submetemos à apreciação da Assembleia Geral, o presente Relatório de Gestão, Balanço Individual, Demonstração Individual de Resultados, Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa, Demonstração Individual das Alterações no Capital e respetivo anexo, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.



n
m
H



1. RELATÓRIO DE GESTÃO



ATIVIDADE DA EMPRESA



A Aquaelvas - Águas de Elvas, S.A., é a empresa concessionária do Contrato de Concessão da Exploração e Gestão dos Sistemas de Distribuição de Água para Consumo Público e Recolha de Efluentes do Concelho de Elvas, por contrato celebrado a 11 de setembro de 2008, com o Município de Elvas e por um período de 30 anos.

A Concessão tem por objeto a exploração e a gestão dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e

de recolha de efluentes do Município de Elvas, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.

Eventos Relevantes

Não ocorreram no período em análise acontecimentos que justifiquem a sua divulgação.

INVESTIMENTO

O Plano de Investimentos da Concessionária, para todo o período de Concessão, atinge cerca 5,8 milhões de euros, a preços correntes. O valor total do investimento referido deverá realizar-se durante os dez primeiros anos de Concessão.

Além do mencionado Plano de Investimentos da Concessionária, a Aquaelvas irá realizar, durante o período de vida da concessão, outros investimentos associados ao seu funcionamento corrente no valor de mais de 3,7 milhões de euros.

O plano de investimentos e benfeitorias da Aquaelvas no ano 2015 ficou marcado pela conclusão da obra de remodelação dos coletores unitários entre a Travessa Nova do Espírito Santo, Rua Padrão e o Beco do Quartel e início do investimento de Remodelação do interceptor da Ribeira de Can-Cão e do interceptor do Jardim de Elvas.

Rubricas do Plano de Investimentos Executadas

As rubricas do Plano de Investimentos totalmente executadas no final do ano de 2015 são:

- Reforço das zonas de Bairro S. Pedro, Carvalha e Revoltinho, em Elvas;
- Condução da Boa-Fé (Rua Nossa senhora de Fátima e Rua Mário Cidrais);
- Condução da Calçadinha (Elvas);





h
Am
H

- Acondicionamento dos depósitos de água potável;
- Acondicionamento das instalações de água potável;
- SIG;
- Sectorização;
- Coletor geral da Ribeira de Cêto;
- Acondicionamento das diferentes EEAR;
- Saneamento na Linha do Hospital;
- Realização de Plano Diretor;
- Saneamento na Avenida Piedade, Estrada de Santa Rita e Avenida António Sardinha;
- Saneamento na Estrada e Loteamento da Carvalha;
- Adução a São Lourenço;
- Coletor do Bairro Europa e Rua de Portalegre;
- Instalação de Estação de Tratamento de Água no Caia;
- Coletor da Piedade;
- Remodelação dos coletores unitários entre a Travessa Nova do Espírito Santo, Rua Padrão e o Beco do Quartel.

Rubricas do Plano de Investimentos em Execução

Telecomando e telecontrolo

No final de 2015, o telecontrolo e telegestão já contavam com 49 instalações controladas, perfazendo cerca de 93% do total de investimento para esta rubrica, e controlando assim, a totalidade das instalações e equipamentos prioritários da rede. Está prevista a conclusão deste investimento no início de 2016.



Acondicionamento dos poços e furos

A percentagem de execução deste investimento, no final de 2015, foi de 94%. Faltam executar algumas melhorias de construção civil e serralharia nos locais dos poços e furos existentes. No entanto, já foram executadas praticamente todos os trabalhos de eletricidade, eletromecânica, colocação de válvulas, contadores de água e substituição de bombas existentes.

Acondicionamento das diferentes EBAP

Este investimento está dependente do trabalho realizado do ponto de vista da sectorização e telecontrolo e telegestão, visto que a sequência de trabalhos depende em primeiro lugar das zonas de abastecimento definidas e após estas a verificação ou adaptação dos estações elevatórias a instalar, a recuperar ou a alterar. No final de 2015 a percentagem de execução era de 92%. Visto já estarem bem definidas as zonas de abastecimento este investimento será terminado em consonância com o telecontrolo e telegestão.



h
m
H

Renovação de 100% do parque de contadores

Até ao final de 2015 foram renovados 80% dos 12.227 contadores existentes na rede de abastecimento de Elvas. A tarefa de renovação de contadores é cada vez mais complicada uma vez que aqueles que ainda não foram substituídos, encontram-se no interior das habitações, sendo em muitos desses locais casas desabitadas durante a maior parte do ano e muitos localizados nas Freguesias Rurais.

Melhorias Fora do Plano de Investimento

O detalhe relativo às melhorias não mencionadas no Plano de Investimento e realizadas durante o ano de 2015 é o seguinte:

Limpeza de Reservatórios de Água Potável

A rede de abastecimento de água em baixa no Concelho de Elvas, tem um total de 19 reservatórios de água potável, os quais totalizam 17.280 metros cúbicos de capacidade (mais de 3 dias de consumo total do Concelho). As limpezas destes consistem na remoção de lamas e areias, manualmente e através do auxílio de um camião de limpeza, sendo depois efetuada a desinfecção e limpeza com produtos próprios para reservatórios de águas para consumo humano.

Plano de redução de fugas

Realização de várias intervenções, tendo como objetivo a redução de fugas e procura de fraudes. O trabalho consiste em relacionar as zonas de consumo e a faturação com os volumes de água colocados nessas mesmas zonas. Detetados rendimentos baixos, é realizado um rastreio da rede de abastecimento com recurso a equipamentos específicos e diminuindo as zonas de consumo através do fecho de válvulas.

De salientar, a articulação desta melhoria com a de Sectorização e Telecontrolo e Telegestão, permitindo delimitar e seccionar as zonas, bem como conhecer os consumos diariamente e os volumes colocados nas referidas zonas.

Foram analisados os 145 km de rede de abastecimento existente no Concelho de Elvas, bem como possíveis fugas em ramais. O resultado deste trabalho foi um aumento bastante significativo do rendimento da rede de abastecimento, passando de 56% (maio de 2009), para um 81% (final de 2015).

Campanha de substituição de tampas de caixas de saneamento

Foram substituídas e renovadas mais de 70 tampas de caixas de saneamento que se encontravam danificadas ou tinham sido alvo de furto.

Desmatação e limpeza junto a instalações da rede de abastecimento de água e de saneamento

De forma a permitir um rápido e fácil acesso às instalações da rede de abastecimento de água e de saneamento, são anualmente realizados trabalhos de limpeza e desmatação da zona envolvente de alguns locais que requerem mais manutenção, tais como: poço de Algaravanhadas de Cima, poço de Algaravanhadas de Baixo, poço de Trinta Alferes, depósito e estação elevatória da Calçadinha, filtros da Calçadinha, estação e depósito do Caia, estação elevatória de saneamento das Fontainhas, estação elevatória de saneamento dos Cucos, estação elevatória de saneamento da Ribeira do Cêto e estação elevatória de saneamento de Varche.



n
m
H

Substituição e colocação de doseadoras de cloração em depósitos de água

Substituição de doseadoras de hipoclorito para reforço da desinfecção da água para consumo nos seguintes locais: Boa-fé, Alcáçova, Vila Boim, CE4, CE5, Calçadinha, Casas Novas e Caia.

Desratização e desbaratização

Por ano, são efetuadas 4 intervenções de desratização e 4 de desbaratização em toda a rede de saneamento com maior incidência nos descarregadores de tempestade situados imediatamente antes dos emissários. Não obstante, qualquer reclamação nos períodos intermédios dá sempre origem a intervenções pontuais nos locais afetados.

Intervenções na rede de saneamento

Foram solucionados vários problemas na rede de saneamento, alguns deles por colapso de coletores antigos e outros por problemas crónicos existentes na rede. Podemos destacar alguns dos seguintes: Novo troço coletor pluvial na Rua Ramos Horta na Carvalha em DN315; Novo troço de coletor nas Portas de São Pedro com aproximadamente 15 metros em DN400; Novo coletor pluvial na Rua José da Silva Picão com 36 metros em DN200; Reparação geral do coletor na Praceta General Santos da Costa em São Pedro; Reparação de vários sumidouros na zona da Carvalha e Loteamento da Cruz Vermelha; Execução de nova caixa de limpeza no coletor da Praceta General Santos da Costa; Limpeza e desobstrução de sumidouros e sarjetas nas Fontainhas e Zona Industrial.

Intervenções na rede de abastecimento

Foram executadas varias intervenções na rede de abastecimento de água durante 2015, entre as quais podemos destacar: Sectorização da Zona de abastecimento da Ponte das Hortas na Boa-fé; Nova conduta de abastecimento na Rua José Vicente Abreu em PEAD63; Melhoria na rede de abastecimento com instalação de novas ventosas no Bairro das Caldelas e na EN entre Barbacena e S. Vicente; Reparação e manutenção das bombas número 2 e número 4 na Boa-Fé; Adaptação de ramais de abastecimento de água passando os contadores para local acessível; Reparação de vedação na CE5; Instalação de guarda-corpos na CE5, CE4, Vila Figueira, Vila Boim e Barbacena; Instalação de novos boiadores em alguns depósitos; Campanhas de deteção de fugas em Vila Boim, Terrugem, Centro Histórico de Elvas, Bairros Elvas e Boa-Fé.





h

an
H

Aspetos Técnicos



Qualidade da Água Distribuída

A qualidade da água distribuída pela Aqualvas aos utilizadores do concelho de Elvas é verificada através de recolhas efetuadas periodicamente nos pontos de amostragem. As amostras foram analisadas por um laboratório externo, segundo calendarização do Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA) para 2015. Este programa foi aprovado em 5 de Dezembro de 2014 pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, elaborado de acordo com a legislação em vigor, nomeadamente o Decreto-Lei nº 306/2007 de 27 de Agosto.

Foram analisados 920 parâmetros nos quais foram detetados 0 incumprimentos.

Volumes de água comprada e captada

Este ano o volume de água comprada foi de 1.321.792 m³. Em relação à água captada, este ano foi de 85.410 m³. Esta água captada serve para abastecer uma zona de abastecimento ainda não servida pelo sistema de água em "alta" da zona da Calçadinha.

Volume faturado por tipo de utilizador

O volume faturado em 2015 aumentou em 0,42% se comparado com 2014. Existiu uma diminuição dos volumes domésticos e IPSS, no entanto aumentou o volume faturado aos não domésticos, Estado e Municipais.

De uma forma geral, o número de utilizadores desceu de 2014 para 2015, existindo uma redução de consumidores domésticos, não domésticos e Estado e um aumento nos Municipais.

Intervenções na rede de água potável

No ano de 2015 o número de intervenções em ramais de abastecimento e em condutas diminuiu consideravelmente. Assim, de 2014 para 2015 houve uma diminuição de 32% no número de intervenções na rede de abastecimento. Esta diminuição deve-se ao excelente trabalho na sectorização, otimização e conhecimento da rede, telegestão e campanhas de deteção de fugas.

Intervenções na rede de saneamento de águas residuais

O número de intervenções na rede de saneamento de águas residuais aumentou 19% de 2014 para 2015.

Segurança e Higiene no Trabalho

A promoção e prevenção da segurança e saúde no trabalho é considerado um ponto fulcral no desenvolvimento das atividades diárias.

A avaliação e prevenção de riscos associados a cada atividade desenvolvida, é efetuada com uma periodicidade anual e sempre que se verificar qualquer alteração, nas condições existentes.



A Aquaelvas desenvolveu no decorrer do ano 2015, o processo para obtenção da certificação de conformidade do Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho de acordo com a Norma OHSAS 18001, tendo obtido a Certificação em novembro 2015.

Plano de Investimentos Executado

O investimento em infraestruturas, realizado durante o ano de 2015, foi de 242.555,07 euros, tendo a execução do Plano de Investimentos atingido, no final do ano de 2015, o montante acumulado de 4.761.585,34 euros.

Em detalhe, o investimento acumulado em infraestruturas, realizado pela Aquaelvas até ao final de dezembro de 2015 era o que se apresenta no quadro seguinte:

	Ano de 2015	
	Reforço das zonas do Bairro São Pedro, Carvalha e Revoltinho	138 677,82
	Conduta da Boa-Fé (Rua Nossa Senhora de Fátima e Rua Mario Cidrais)	57 536,74
	Conduta da Calçadinha	473 539,09
	Telecomando e telecontrolo	455 406,81
	Acondicionamento dos depósitos de água potável	121.271,60
	Acondicionamento das instalações de água potável	179 151,23
Plano de Investimentos	Acondicionamento dos poços/furos	40 986,46
	Acondicionamento das diferentes EBAP	135 402,31
	Renovação do parque de contadores	320 468,22
	SIG	100 000,00
	Sectorização	289 404,15
	Coletor Geral da Ribeira de Cêto	772.020,83
	Subtotal	3.083.865,26
	Acondicionamento das diferentes EEAR	86 819,43
	Saneamento - Linha do Hospital	507.450,83
	Plano Diretor	30 000,00
	Saneamento - Avenida da Piedade, estrada de Santa Rita e Avenida António Sardinha	166 784,25
Realização de Benfeitorias oferecidas para os sistemas de Distribuição de Água para Consumo Público e de Recolha de Efluentes do Concelho de Elvas	Saneamento - Estrada e Loteamento da Carvalha	226 356,13
	Adução a São Lourenço	61 828,28
	Coletor do Bairro Europa e Rua de Portalegre	234 127,89
	Instalação da Estação de Tratamento de Água no Caia	23 011,68
	Coletor da Piedade. Troço de coletor junto ao restaurante "El Cristo"	73 858,48
	Intercetor da ribeira do Can-Cão	120 476,61
	Remodelação coletores unitários entre Travessa Novo Espírito Santo, R. Padrão e o Beco do Quartel	147 006,50
	Subtotal	1.677.720,08
	Total	4.761.585,34



h
m
M

OBJETIVO ESTRATÉGICO/MISSÃO

A Aqualvas assumiu, como seu objetivo fundamental, a satisfação das necessidades de distribuição de água e de recolha de águas residuais da população do Município de Elvas, num quadro realista de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental.

Com a capacidade e o *know-how* do seu acionista, a Aqualvas apresentou e mantém até hoje, um projeto baseado em dois pilares fundamentais:

- Máxima Qualidade do Serviço Prestado através da utilização de tecnologia de ponta a par com uma estrutura de pessoal altamente qualificado;
- Excelência na assistência ao utilizador (Cliente).

A Aqualvas tem por missão a exploração e a gestão dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha de efluentes do Município de Elvas, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.

RECURSOS HUMANOS

A política de gestão de recursos humanos da Aqualvas é definida em relação direta com a estratégia do grupo FCC, no sentido de garantir a existência de um conjunto de procedimentos e ferramentas que contribuam diretamente para a melhoria dos processos de gestão e que permitam alcançar os objetivos do sistema de gestão da qualidade, segurança, ambiente e responsabilidade aos quais nos propusemos, assegurando o envolvimento de todos os colaboradores.



Neste sentido, a Aqualvas procura conciliar o interesse e os objetivos de cada colaborador com os da empresa, definindo princípios de melhoria contínua, investindo na formação, na motivação, bem como nas condições de trabalho e segurança.

O número médio de pessoas ao serviço da empresa foi no exercício findo em 2015 de 21 pessoas.

ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

A evolução da situação económica da Aqualvas espelha, entre outras, a realidade de uma empresa com uma gestão orientada para o equilíbrio da exploração, a médio prazo, de um serviço privado de cariz essencial, que procura níveis de atendimento e padrões de qualidade elevados, adotando uma política tarifária que vise promover no médio prazo o equilíbrio económico-financeiro sustentável da empresa.

A análise económica e financeira que se a seguir se apresenta procura resumir os resultados e a situação financeira e patrimonial, alcançadas pela Aqualvas no ano de 2015, devendo ser lida em conjugação com as demonstrações financeiras do exercício e as respetivas notas.



h
w
H

Volume de Negócios

O volume de negócios atingiu no final do período em análise, cerca de 2.618 milhões de euros (2.376 milhões de euros provenientes de Vendas e Serviços Prestados acrescidos de 243 milhares de euros originados pela aplicação da IAS 11), em linha com o estimado no plano estratégico elaborado para o mesmo período.

Comparando o exercício atual com o anterior, regista-se um incremento na rubrica de Vendas e Serviços Prestados, de cerca de 7% (de 2.228.430,97 euros em 2014 para 2.375.783,71 euros em 2015), e, a rubrica de rendimentos originados pela aplicação da IAS 11, diminuiu a sua contribuição para o volume de negócios do período em análise em cerca de 55% (de 532.365,93 euros em 2014 para 242.555,07 euros em 2015).

Gastos e Perdas

O total dos gastos da Aquaelvas, em 2015, foi de 2.494.983,11 euros, o qual comparado com o exercício anterior, que foi de 2.697.648,19 euros, representa um decréscimo de 7,51%. Estes valores não incluem o imposto sobre o rendimento.

A rubrica de custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC), na qual se inclui, para além dos materiais utilizados sobre o inventário existente, o valor da compra de água referente ao período em análise, registou 617.233,69 euros, representando cerca de 24,74% do total dos gastos do exercício. Comparativamente com o exercício anterior a mesma registava 563.940,00 euros, representando então cerca de 20,90% do total dos gastos do exercício. A variação entre exercícios da rubrica de custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC) foi de 9,45%.

A rubrica de fornecimentos e serviços externos (expurgada da aplicação da IFRIC 12 conjugada com a IAS 11 - Contratos de Construção), registou 810.547,58 euros, representando cerca de 32,49 % do total dos gastos do exercício. Comparativamente com o exercício anterior a mesma registava -800.879,36 euros, representando então cerca de 29,69% do total dos gastos do exercício. A variação entre exercícios da rubrica de fornecimentos e serviços externo foi de 1,21%.

A rubrica subcontratos (pela aplicação da IFRIC 12 conjugada com a IAS 11 - Contratos de Construção), na parte respeitante à realização do Plano de Investimentos no ano de 2015, contribuiu para 9,72 % dos gastos totais, o equivalente a 242.555,07 euros para o período em análise.

Os gastos com o pessoal, no montante de 427.803,36 euros, representam cerca de 17,15% do total dos gastos do exercício. Comparativamente com o exercício anterior a mesma rubrica registava 408.381,53 euros, representando então, cerca de 15,14% do total dos gastos do exercício. A variação entre exercícios da rubrica gastos com o pessoal foi de 4,76%.

A Aquaelvas reverteu em 2015, perdas por imparidade para contas a receber no montante de 51.681,16 euros, tendo contudo registado gastos com créditos incobráveis no montante de 31.418,54 euros.

A rubrica de outros gastos e perdas registou em 2015, o valor de 97.710,56 euros (3,92% do total dos gastos do período), tendo registado em 2014, o montante de 40.835,06 euros (1,51% do total dos gastos do período). Este acréscimo deve-se essencialmente a um aumento de impostos e taxas em cerca de 10.000 euros e pela alteração na contabilização das comissões bancárias, que no ano 2014 eram contabilizadas como fornecimentos e serviços externos.



O valor dos gastos com depreciações e de amortizações permaneceu estável, apresentando o valor de 205.706,80 euros, para o período em análise, face a 205.700,55 euros do período anterior, representando esta rubrica, relativamente ao total dos gastos, respetivamente 8,24% e 7,63%.

O valor da rubrica de juros e gastos similares suportados pela Aquaelvas, registou no ano de 2015 o montante de 93.426,05 euros (equivalente a 3,74% do total dos gastos do exercício), que em comparação com o ano anterior representa um decréscimo de 19,22%, quando a mesma rubrica registava 115.658,03 euros (equivalente a 4,29% do total dos gastos do exercício).

Rendimentos e Ganhos

O total dos rendimentos da Aquaelvas foi em 2015 de 2.679.565,78 euros, o qual comparado com o exercício anterior, que foi de 2.781.417,46 euros, representa um decréscimo de 3,66%.

A rubrica de vendas e serviços prestados registou em 2015 cerca de 2.375.783,71 euros, que comparado com o exercício anterior revela um acréscimo de 6,61% face ao valor de 2.228.430,97 euros.

A rubrica Vendas e prestações de serviços - Subcontratos (pela aplicação da IFRIC 12 conjugada com a IAS 11 - Contratos de Construção), na parte respeitante à realização do Plano de Investimentos contribuiu em 2015 com 242.555,07 euros, face ao valor de 532.365,93 euros apresentado no período anterior.

A rubrica de outros rendimentos e ganhos, que registou 9.545,84 euros, reflete os excessos de estimativa para impostos. A mesma rubrica, registava em 2014 o valor de 20.620,56 euros.

Resultado Líquido do Exercício

O resultado líquido do exercício, que ascende a 158.013,70 euros, representa um grande aumento face ao exercício anterior, o qual apresentou um resultado positivo de 25.690,22 euros.

Evolução dos Capitais Próprios

Relativamente à evolução da rubrica de capitais próprios da Aquaelvas, a mesma apresenta no final do exercício de 2015 uma recuperação de aproximadamente 158.014 euros.

Apesar do ambiente macroeconómico difícil e de um claro abrandamento do consumo, a Aquaelvas encontra-se confiante na sua estratégia para enfrentar os desafios existentes e para alcançar o seu compromisso de crescimento sustentável.

Embora muito dependentes da atual conjuntura económica nacional, todos resultados acima mencionados foram conseguidos através de uma constante monitorização e aplicação de medidas corretivas durante todo o período em análise neste relatório.

Rentabilidade

O resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) registado, foi de 483.715,52 euros relativamente ao período em análise, apresentando um grande aumento de 19,40% comparativamente com o período anterior.

Relativamente ao resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos (EBIT), o mesmo apresenta, face ao ano anterior, um aumento, situando-se no final de 2015 em 278.008,72 euros.



	Ano 2015	Ano 2014
Rentabilidade do ativo total	2,91%	0,46%
Rentabilidade dos capitais próprios	116,88%	(112,60%)
Rentabilidade das vendas	6,03%	0,93%
EBITDA	483.715,52 €	405.127,85 €
EBIT	278.008,72 €	199.427,30 €

Estrutura Financeira

A análise da estrutura do Balanço, nos dois últimos anos, reflete uma tendência de melhoria entre as principais rubricas do ativo, capital próprio e passivo.

Em valores absolutos, os registos evidenciam que o ativo passou de 5.572.912,66 euros em 2014 para 5.429.604,97 euros em 2015.

Em termos desagregados, os capitais próprios melhoram, passando de -22.815,25 euros em 2014 para 135.198,45 euros em 2015, tendo reforçado a sua importância na estrutura de capitais, passando de -0,41% para 2,55%. O passivo passou de 5.595.727,91 euros em 2014 para 5.294.406,52 euros em 2015.

Ao nível dos principais indicadores financeiros, numa análise global dos mesmos, e conforme se pode comprovar pelo quadro abaixo, verificou-se em 2015, em termos percentuais, uma relativa melhoria dos mesmos face ao ano de 2014:

	Ano 2015	Ano 2014
Capitais próprios	135.198,45 €	(22.815,25) €
Passivo total	5.294.406,52 €	5.595.727,91 €
Passivo corrente	1.710.343,82 €	1.764.610,10 €
Ativo total	5.429.604,97 €	5.572.912,66 €
Autonomia financeira (Capitais próprios/Ativo total)	2,49%	(0,41%)
Solvabilidade (Capitais próprios/Passivo total)	2,55%	(0,41%)
Endividamento (Passivo total/Ativo total)	97,51%	100,41%
Estrutura do endividamento (Passivo corrente/Passivo total)	32,30%	31,53%

FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO PERÍODO

Não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e, ou, divulgação nas contas do exercício.

EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ATIVIDADE

O Conselho de Administração da Aqualvas encontra-se em mandato para o triénio 2014-2016.

A Administração da Aqualvas está determinada em aproveitar os tempos difíceis que atravessamos para implementar reformas que conduzam a uma maior redução de custos e a uma maior eficiência nos serviços prestados.



Alicerçados na experiência dos grupos empresariais a que pertence, na experiência adquirida ao longo dos últimos anos, e na competência dos seus trabalhadores, encaramos o futuro da Aquaelvas com muito otimismo e confiança.

DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E À SEGURANÇA SOCIAL

A empresa não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, nem ao Centro Regional de Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Administração propõe que ao resultado líquido do período, que ascendeu a 158.013,70 euros, seja dada a seguinte aplicação:

Para Reserva Legal:	5.881,65 Euros
Para Resultados Transitados:	152.132,05 Euros

AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração da Aquaelvas aproveita a oportunidade para agradecer o empenho e a colaboração prestada por todos os Funcionários, Clientes, Fornecedores, Instituição Bancárias, e demais entidades que com a empresa se relacionaram.

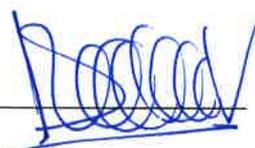
Elvas, ao 31 de março de 2016

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Luis Francisco de Lope Alonso

Presidente



Jesús Rodríguez Sevilla

Vogal



Guillermo Moya García-Renedo

Vogal

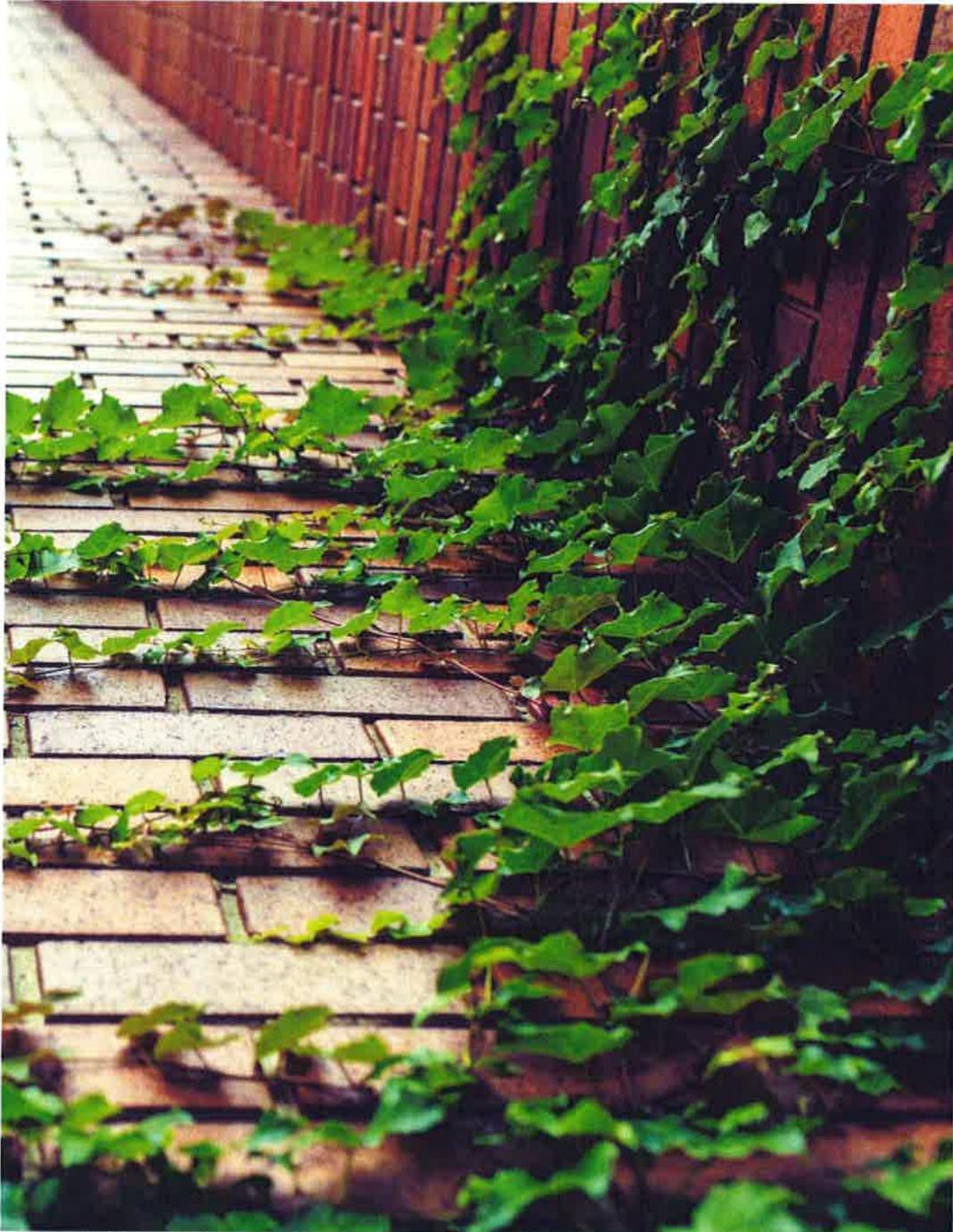


Jesús Ortega Roldán

Vogal



~
m
H



2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Em euros

	NOTAS	2015	2014
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3.2 ; 6	32.764,99	45.678,24
Ativos intangíveis	3.1 ; 3.3 ; 6	4.498.516,14	4.691.309,70
Outros ativos financeiros		158,94	158,94
Ativos por impostos diferidos	3.5 ; 7	180.569,28	155.194,95
subtotal		4.712.009,35	4.892.341,83
Ativo corrente			
Inventários	3.6 ; 15	29.629,98	29.877,76
Clientes	3.8 ; 9	314.386,26	354.426,75
Adiantamentos a fornecedores	3.8 ; 12	0,00	1.893,62
Estado e outros entes públicos	3.5 ; 8	11.185,88	20.251,74
Outras contas a receber	3.8 ; 9	67.777,08	70.734,32
Diferimentos	10	1.662,75	2.614,32
Caixa e depósitos bancários	3.8 ; 4	292.953,66	200.772,32
subtotal		717.595,61	680.570,83
Total do ativo		5.429.604,97	5.572.912,66
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	3.7 ; 13	50.000,00	50.000,00
Outros instrumentos de capital próprio	3.7 ; 13	352.000,00	352.000,00
Reservas legais	3.7 ; 13	4.118,35	2.833,84
Resultados transitados	3.7 ; 13	(428.933,60)	(453.339,31)
Resultado líquido do período	3.7 ; 13	158.013,70	25.690,22
Total do capital próprio		135.198,45	(22.815,25)
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	3.11 ; 6	1.022.062,70	1.269.117,81
Financiamentos obtidos	3.8 ; 11	2.562.000,00	2.562.000,00
subtotal		3.584.062,70	3.831.117,81
Passivo corrente			
Fornecedores	3.8 ; 12	375.754,10	308.836,38
Adiantamentos de clientes	3.8 ; 9	18.513,36	16.991,59
Estado e outros entes públicos	3.5 ; 8	9.664,42	24.895,17
Outras contas a pagar	3.8 ; 12	1.306.411,94	1.413.886,96
subtotal		1.710.343,82	1.764.610,10
Total do passivo		5.294.406,52	5.595.727,91
Total do capital próprio e do passivo		5.429.604,97	5.572.912,66

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2015



DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Em euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2015	2014
Vendas e serviços prestados	3 9 ; 14	2.618.338,78	2.760.796,90
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3 6 , 15	(617.233,69)	(563.940,00)
Fornecimentos e serviços externos	16	(1.053.102,65)	(1.333.245,29)
Gastos com o pessoal	17	(427.803,36)	(408.381,53)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	19	51.681,16	(29.887,73)
Outros rendimentos e ganhos	18	9.545,84	20.620,56
Outros gastos e perdas	19	(97.710,56)	(40.835,06)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		483.715,52	405.127,85
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	20	(205.706,80)	(205.700,55)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		278.008,72	199.427,30
Juros e gastos similares suportados	21	(93.426,05)	(115.658,03)
Resultado antes de impostos		184.582,67	83.769,27
Imposto sobre o rendimento do período	22	(26.568,97)	(58.079,05)
Resultado líquido do período		158.013,70	25.690,22

O anexo faz parte integrante da demonstração de resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2015



DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Em euros

RUBRICAS	2015	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	2.037.848,20	2.215.025,20
Pagamentos a fornecedores	(1.172.538,88)	(1.220.211,24)
Pagamentos ao pessoal	(463.400,29)	(381.146,32)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(66.224,47)	(116.599,86)
Outros recebimentos/pagamentos	(13.943,55)	(86.340,64)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	321.741,01	410.727,14
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos intangíveis	(134.990,34)	(267.958,45)
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	(134.990,34)	(267.958,45)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	0,00	987.000,00
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos		
Juros e gastos similares	(94.569,33)	(118.514,75)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	(94.569,33)	868.485,25
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	92.181,34	1.011.253,94
Efeito das diferenças de câmbio	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	200.772,32	(810.481,62)
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	292.953,66	200.772,32

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2015



h
m
[Handwritten signature]

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Em euros

MOVIMENTOS NO EXERCÍCIO	NOTA	Capital nominal	Outros instrumentos de capital próprio	Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total
Posição no início do exercício		50.000,00	352.000,00	2.833,84	(453.339,31)	25.690,22	(22.815,25)
Aumentos/diminuições de reservas por aplicação dos resultados	13			1.284,51	24.405,71	(25.690,22)	
Total dos aumentos/diminuições diretos no capital próprio		50.000,00	352.000,00	4.118,35	(428.933,60)		(22.815,25)
Resultado líquido do exercício						158.013,70	158.013,70
Posição no fim do período		50.000,00	352.000,00	4.118,35	(428.933,60)	158.013,70	135.198,45

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

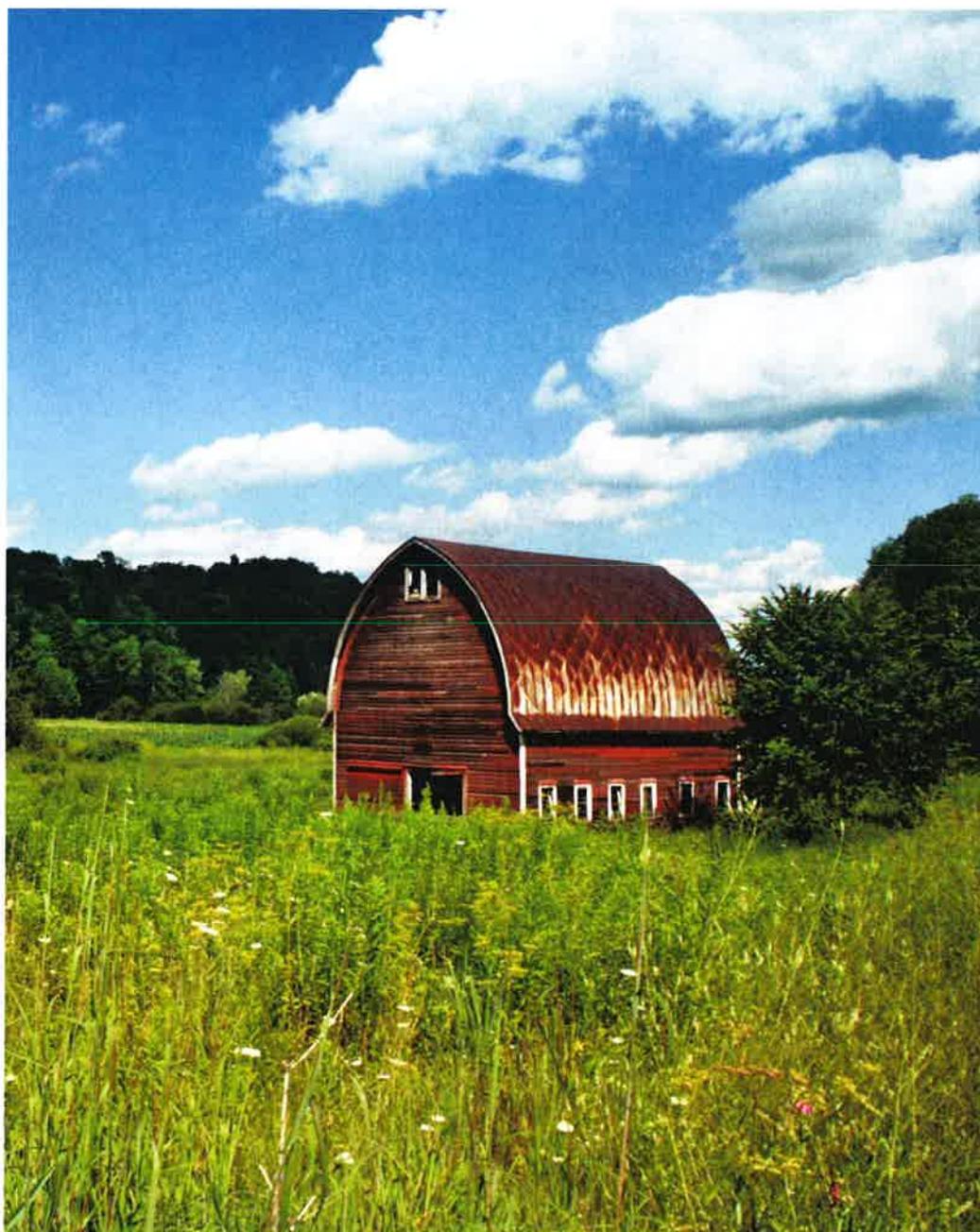
Em euros

MOVIMENTOS NO EXERCÍCIO	NOTA	Capital nominal	Outros instrumentos de capital próprio	Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total
Posição no início do exercício		50.000,00	352.000,00		(507.182,16)	56.676,70	(48.505,46)
Aumentos/diminuições de reservas por aplicação dos resultados	13			2.833,84	53.842,85	(56.676,70)	0,00
Total dos aumentos/diminuições diretos no capital próprio		50.000,00	352.000,00	2.833,84	(453.339,31)		(48.505,46)
Resultado líquido do exercício						25.690,22	25.690,22
Posição no fim do período		50.000,00	352.000,00	2.833,84	(453.339,31)	25.690,22	(22.815,25)

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações do capital próprio do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015



h
m
H
F



3. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



h
m
H
f

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Aquaelvas - Águas de Elvas, S.A. (“Empresa” ou “Aquaelvas”) é uma sociedade anónima, com sede na Praça da República, nº 12 em Elvas, constituída em 04 de outubro de 2007, no Cartório Notarial de Lisboa, tendo iniciado a sua atividade a 1 de março de 2008, tendo como atividade principal a concessão da Exploração e Gestão dos Sistemas de Distribuição de Água para Consumo Público e de Recolha de Efluentes do Concelho de Elvas, incluindo esta atividade, a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos que compõem os sistemas concessionados, a realização de todas as obras necessárias à execução do plano de investimentos da concessão, bem como a realização de todos os atos necessários para a prossecução da sua atividade.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, e de acordo com a estrutura conceptual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) e Normas Interpretativas (“NI”) consignadas nos avisos 15652/2009, 15653/2009 e 15655/2009, de 27 de agosto de 2009, as quais, no seu conjunto, constituem o Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por “NCRF”.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras da Aquaelvas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos Empresa, mantidas de acordo com as NCRF em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

3.1 ATIVIDADE CONCESSIONÁRIA

A Empresa exerce uma atividade que se constitui na prestação de serviços de interesse económico geral, indispensável ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das atividades económicas e à proteção do meio ambiente. Esta atividade é desenvolvida num enquadramento de melhoria contínua da prestação dos serviços públicos de distribuição de água para consumo público e de recolha de águas residuais. As mesmas são desenvolvidas num contexto definido pela legislação e regulamentação em vigor, pelo disposto nos contratos de concessão de serviço público celebrados com o Estado e pelas disposições e recomendações emitidas pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

Como prestador de um serviço público, a Empresa opera num ambiente regulado. O regulador – ERSAR – nos termos das legislações em vigor, regula entre outros aspetos, a tarifa a cobrar pelos serviços prestados. No balanceamento do interesse público com o equilíbrio económico-financeiro das empresas nos termos do contrato de concessão, o regulador pode tomar medidas com impacto negativo no *cashflow*, com todas as consequências adversas que daí resultam.

As tarifas a praticar pela empresa carecem de aprovação pelo órgão que exerce o poder concedente, mediante o parecer do regulador sobre a sua adequabilidade.

Tendo em conta a hierarquia definida na IAS 8 – Políticas Contabilísticas e as circunstâncias específicas dos contratos de concessão em vigor, a Empresa adotou as regras internacionalmente aplicáveis às empresas que atuam em mercados com estas características (nomeadamente a IFRIC 12).



IFRIC 12

A concessão inclui uma infraestrutura já edificada pelo Município, a construção de novas infraestruturas, a manutenção das mesmas e a sua operação. No final do prazo, estas infraestruturas retornam ao concedente em pleno estado de utilização.

Por não deter o controlo sobre as infraestruturas, à luz do definido pela IFRIC 12 foi reconhecido, como contrapartida do valor a pagar ao Município, um ativo intangível correspondente a um direito de cobrar aos utilizadores da infraestrutura de uso público, uma vez que o risco da procura é assumido pelo concessionário. A Empresa estabeleceu contratualmente uma obrigação de efetuar um investimento total de 5.784 milhares de Euros (Nota 6).

De acordo com a IFRIC 12, caso a finalidade de tal investimento seja de manter ou restaurar a infraestrutura, a obrigação contratual deve ser reconhecida e mensurada de acordo com a IAS 37, ou seja a melhor estimativa do valor presente do custo que será necessário para realizar a obrigação. Alterações subsequentes na mensuração da responsabilidade devem ser adicionadas ou deduzidas ao custo do ativo intangível. Tratando-se de um investimento de expansão, a IFRIC 12 preconiza que o investimento deve ser reconhecido no ativo à medida que vai sendo realizado, e de acordo com a IAS 11 – Contratos de Construção (percentagem de acabamento) durante a sua execução. É entendimento da Administração que o Plano de Investimento estabelecido com o Município se trata de um plano de investimento de expansão e não apenas de manutenção e restauração uma vez que preconiza uma melhoria contínua das condições atuais e construção de novas infraestruturas.

Uma vez que a concessão contempla a prestação de mais do que um serviço – o de construção, modernização e renovação das infraestruturas e o de exploração e gestão da concessão, a Aqualvas reconhece os réditos e os custos relacionados com a construção das infraestruturas concessionadas de acordo com a IAS 11 – Contratos de Construção, o qual se materializa num direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público, e o rédito e os custos relacionados com a operação de acordo com a IAS 18 – Rédito. De salientar que o direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público não se traduz num direito incondicional de receber uma determinada quantia, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

3.2 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondentes aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Vida Útil
Grupo 2 - Instalações	8 a 10 anos
Grupo 3 - Máquinas, aparelhos e ferramentas	1 a 8 anos
Grupo 4 - Material rolante ou de transporte	4 anos
Grupo 5 - Elementos diversos	3 a 8 anos

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.



As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.3 ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos termos do contrato de concessão, a concessionária reconhece um ativo intangível na medida em que lhe seja conferido o direito (licença) de cobrar um preço aos utentes do serviço público. Como no presente acordo de concessão a concessionária é remunerada em relação aos serviços de construção, modernização e renovação das infraestruturas com base num ativo intangível. O ativo intangível tem por base o reconhecimento dos gastos de construção, modernização e renovação das infraestruturas incorridos, na percentagem na proporção do total do investimento estabelecido com o município.

O ativo intangível é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção de benefícios económicos associados ao mesmo, e são determinados pela regulação económica e pela aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador. As amortizações são calculadas tendo por base o prazo da concessão previsto no estudo de viabilidade económico-financeiro.

3.4 IMPARIDADE DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Sempre que exista algum indicador que os ativos fixos tangíveis possam estar em imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar o valor recuperável de um ativo individual, é estimado o valor recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

O valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido do custo para vender; e (ii) o valor do uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente as quais as estimativas e os fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustados.

Sempre que o valor líquido contabilístico do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior ao seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuiram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados.

A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (líquido de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.



3.5 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento correspondem à soma do imposto corrente com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos, os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em exercícios subsequentes, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) a Empresa tem um direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais ativos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal; e (iii) a Empresa tem intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

3.6 INVENTÁRIOS

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registada uma perda por imparidade pela respetiva diferença. As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas em resultados.

3.7 CAPITAL PRÓPRIO

Capital realizado

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

Outros instrumentos de capital próprio

Esta rubrica inclui prestações acessórias que foram efetuadas pelos acionistas, na sequência de deliberação em Assembleia Geral, e que ficaram sujeitas ao regime das prestações suplementares. De acordo com este regime, tais prestações não vencem juros (art.º 210 do CSC) não têm prazo de reembolso definido (art.º 211 do CSC) e só podem ser reembolsadas se após o seu reembolso o capital próprio não ficar inferior à soma do capital e da reserva legal (art.º 213 do CSC).



3.8 ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo ou ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando sejam à vista ou tenham maturidade definida, tenham associado um retorno fixo ou determinável, e não sejam ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado corresponde à quantia pela qual um ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia na maturidade. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Os ativos e passivos financeiros ao custo ou ao custo amortizado incluem:

- Clientes;
- Outras contas a receber;
- Adiantamentos a fornecedores;
- Diferimentos;
- Acionistas;
- Fornecedores;
- Adiantamentos de clientes; e
- Outras contas a pagar.

Caixa e equivalentes a caixa

A rubrica de caixa e seus equivalentes inclui os valores de caixa, depósitos à ordem e descobertos bancários, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados negativamente.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas.



Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a Empresa reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.9 RÉDITO

Os rendimentos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos rendimentos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo seu justo valor do montante a receber.

Os rendimentos resultantes das prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados em função do grau de execução do serviço, ou no caso dos contratos de manutenção no período de vigência dos contratos. As prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo justo valor do montante a receber.

3.10 ESPECIALIZAÇÃO DOS EXERCÍCIOS

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, independentemente do momento em que as transações são faturadas. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de diferimentos.

3.11 PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra um exfluxo económico e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.



Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Ativos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.12 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.13 GESTÃO DO RISCO

O risco financeiro ao qual se encontra exposta a empresa é pouco diverso, envolvendo apenas taxas de juro e crédito concedido.

Os empréstimos bancários vencem juros indexados a taxas de referência de curto prazo (entre 1 a 6 meses) e como tal as suas variações contribuem para afetar os resultados.

O risco de crédito é muito limitado uma vez que o principal cliente é uma entidade de baixo risco, não se justificando economicamente a constituição de seguro de crédito.

3.14 JUÍZOS DE VALOR CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADAS A ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam o valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do exercício.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- Imparidade de contas a receber;
- Acréscimos de rendimentos e gastos.



4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O detalhe de caixa e seus equivalentes constantes das demonstrações dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 era:

	Ano 2015	Ano 2014
Caixa	3.918,66 €	1.352,13 €
Depósitos à ordem	289.035,00 €	199.420,19 €
Total	292.953,66 €	200.772,32 €
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	292.953,66 €	200.772,32 €

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas.

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

ATIVO BRUTO TANGÍVEL	Saldo em 31.12.2014	Aumentos e transferências	Abates e alienações	Saldo em 31.12.2015
Ativos fixos tangíveis				
Equipamento básico	115.850,89 €	(12.626,43) €	0,00 €	103.224,46 €
Equipamento administrativo	21.885,11 €	12.626,43 €	0,00 €	34.511,54 €
Total	137.736,00 €	0,00 €	0,00 €	137.736,00 €

AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS				
Ativos fixos tangíveis				
Equipamento básico	76.237,66 €	10.809,48 €	0,00 €	87.047,14 €
Equipamento administrativo	15.820,10 €	2.103,77 €	0,00 €	17.923,87 €
Total	92.057,76 €	12.913,25 €	0,00 €	104.971,01 €
Saldo líquido	45.678,24 €	(12.913,25) €	0,00 €	32.764,99 €

ATIVO BRUTO TANGÍVEL	Saldo em 31.12.2013 (reexpresso)	Aumentos e transferências	Abates e alienações	Saldo em 31.12.2014
Ativos fixos tangíveis				
Equipamento básico	115.850,89 €	0,00 €	0,00 €	115.850,89 €
Equipamento administrativo	21.885,11 €	0,00 €	0,00 €	21.885,11 €
Total	137.736,00 €	0,00 €	0,00 €	137.736,00 €



AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS				
Ativos fixos tangíveis				
Equipamento básico	66.028,21 €	10.209,45 €	0,00 €	76.237,66 €
Equipamento administrativo	13.117,28 €	2.702,82 €	0,00 €	15.820,10 €
Total	79.145,49 €	12.912,27 €	0,00 €	92.057,76 €
Saldo líquido	58.590,51 €	(12.912,27) €	0,00 €	45.678,24 €

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

ATIVO BRUTO INTANGÍVEL	Saldo em 31.12.2014	Aumentos e transferências	Abates e alienações	Saldo em 31.12.2015
Ativos intangíveis				
em Firme	5.783.648,08 €	(0,01) €	0,00 €	5.783.648,07 €
em Curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total	5.783.648,08 €	(0,01) €	0,00 €	5.783.648,07 €

AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS				
Ativos intangíveis				
em Firme	1.092.338,38 €	192.793,55 €	0,00 €	1.285.131,93 €
Total	1.092.338,38 €	192.793,55 €	0,00 €	1.285.131,93 €
Saldo líquido	4.691.309,70 €	(192.793,56) €	0,00 €	4.498.516,14 €

ATIVO BRUTO INTANGÍVEL	Saldo em 31.12.2013 (reexpresso)	Aumentos e transferências	Abates e alienações	Saldo em 31.12.2014
Ativos intangíveis				
em Firme	5.783.648,07 €	0,00 €	0,00 €	5.783.648,07 €
em Curso	334,58 €	(334,58) €	0,00 €	0,00 €
Total	5.783.982,65 €	(334,58) €	0,00 €	5.783.648,07 €

AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS				
Ativos intangíveis				
em Firme	899.550,10 €	192.788,28 €		1.092.338,38 €
Total	899.550,10 €	192.788,28 €	4.500,00 €	1.092.338,38 €
Saldo líquido	4.884.432,55 €	(193.122,86) €	(4.500,00) €	4.691.309,69 €



Provisões

As provisões registadas são referentes, essencialmente, ao montante do investimento que, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, se encontra em falta efetuar face ao valor total do investimento inicialmente previsto e contratualizado, no âmbito da concessão (corresponde a uma obrigação contratual, reconhecida em contrapartida de ativos intangíveis).

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o movimento ocorrido no valor das provisões, foi o seguinte:

	Ano 2015	Ano 2014
Saldo inicial	1.269.117,81 €	1.796.983,74 €
Aumentos (a)	0,00 €	4.500,00 €
Diminuições		
Plano de Investimento (Nota 14)	(242.555,07) €	(532.365,93) €
Outros	(4.500,04) €	0,00 €
Saldo final	1.022.062,70 €	1.269.117,81 €

a) O aumento registado em 2014 é referente ao reconhecimento da provisão para impostos de juros e coimas decorrentes de incumprimentos ao Estado.

7. IMPOSTOS DIFERIDOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos foi conforme segue:

	Ano 2015	Ano 2014
Saldo inicial	155.194,95 €	163.816,89 €
Efeitos na demonstração de resultados		
Aumento/(Redução) de ajustamentos não aceites para efeitos fiscais (Nota 22)	25.374,33 €	(8.621,94) €
Total dos efeitos na demonstração de resultados	25.374,33 €	(8.621,94) €
Saldo final	180.569,28 €	155.194,95 €

A taxa de imposto utilizada para a valorização das diferenças tributárias à data do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi de 21%.

Os ativos por impostos diferidos respeitam a diferenças de critério contabilístico e fiscal na amortização de ativos intangíveis.

8. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as rubricas de "Estado e outros entes públicos" apresentavam a seguinte composição:



	Ano 2015	Ano 2014
Ativo		
Imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas	830,86 €	0,00 €
Retenção de impostos sobre o rendimento de pessoas singulares	1.861,21 €	1.516,22 €
Imposto sobre o valor acrescentado	8.493,81 €	18.735,52 €
Total	11.185,88 €	20.251,74 €

	Ano 2015	Ano 2014
Passivo		
Imposto sobre o rendimento	0,00 €	2.621,48 €
Retenção de impostos sobre o rendimento de pessoas singulares	0,00 €	0,00 €
Contribuições para a segurança social	9.664,42 €	22.273,69 €
Total	9.664,42 €	24.895,17 €

9. CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as contas a receber apresentavam a seguinte composição:

	Ano 2015	Ano 2014
Clientes		
Clientes C/C	332.215,98 €	423.937,63 €
Perdas por imparidade acumuladas	(17.829,72) €	(69.510,88) €
Total	314.386,26 €	354.426,75 €

Perdas por imparidade

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o movimento ocorrido nas perdas por imparidades acumuladas de contas a receber foi como segue:

	Ano 2015	Ano 2014
Saldo inicial	(69.510,88) €	(51.867,65) €
Reforço	(27.695,87) €	(42.132,23) €
Reversão	79.377,03 €	12.244,50 €
Utilização	0,00 €	12.244,50 €
Saldo final	(17.829,72)	(69.510,88)

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de outras contas a receber apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2015	Ano 2014
Outras contas a receber		
Estimativa de produção pendente de faturação (a)	62.527,08 €	56.664,19 €
Outros devedores	5.250,00 €	14.070,13 €
Total	67.777,08 €	70.734,32 €

(1) O valor da rubrica devedores por acréscimos de rendimentos, acima mencionado, corresponde à especialização do exercício na parte de receitas, que respeitam ao desfazamento temporal, entre a faturação e a contagem real dos consumos efetuados.



10. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de Diferimentos apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2015	Ano 2014
Diferimentos		
Gastos a reconhecer	1.662,75 €	2.614,32 €
Total	1.662,75 €	2.614,32 €

11. PARTES RELACIONADAS

A sociedade faz parte do grupo FCC - Fomento de Construcciones y Contratas, S.A., através da participação de 100,00 % da empresa FCC Aqualia, S.A. As contas da sociedade são incluídas na consolidação de contas do respetivo grupo.

A Aqualvas, juntamente com outras empresas do Grupo FCC, figura como garante nos créditos sindicados contraídos pela Empresa-Mãe, Fomento de Construcciones y Contratas, S.A., por um montante de 1.243 mil euros. Não existe nenhuma apólice de crédito bilateral na Fomento de Construcciones y Contratas, S.A., em que figure como garante a Aqualvas.

Participação no acordo de refinanciamento Grupo FCC

Com base no Contrato Quadro de Reestruturação e no Contrato de Financiamento subscrito por um grupo de empresas encabeçado pela FCC, S.A. e entre as quais se encontra a Sociedade e praticamente a totalidade dos seus credores financeiros, em 26 de junho de 2014 procedeu-se à outorga de um contrato de empréstimo entre a FCC e a Sociedade.

O referido contrato de empréstimo tornou-se efetivo mediante a assunção expressa, irrevogável e incondicional por parte da FCC como devedor mas com carácter cumulativo e solidário com a Sociedade da posição contratual da mesma na Dívida afetada

O vencimento do contrato de empréstimo fixado é idêntico àquele do contrato de Financiamento para a FCC, S.A., isto é, vencimento no final de junho de 2018. Assim, a Sociedade apresenta este empréstimo como Dívidas financeiras não correntes.

A taxa de juro média aplicada foi de 4,55% (6,95% durante o exercício de 2014).

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Empresa apresenta os seguintes saldos com partes relacionadas:



SALDOS	Ano 2015			Ano 2014		
	Fornecedores (Nota 12)	Acionistas	Outras contas a pagar (Nota 12)	Fornecedores (Nota 12)	Acionistas	Outras contas a pagar (Nota 12)
FCC Aqualia S.A. - Sucursal em Portugal	65.563,26 €	0,00 €	1.065.795,56 €	224.711,32 €	0,00 €	963.730,80 €
FCC, S.A.	0,00 €	987.000,00 €	18.396,04 €	0,00 €	987.000,00 €	1.143,28 €
Hidrotec, Tecnología del Agua, S.L.U.	4.633,98 €	0,00 €	0,00 €	5.072,10 €	0,00 €	0,00 €
FCC Aqualia S.A.	0,00 €	1.575.000,00 €	111.574,69 €	0,00 €	1.575.000,00 €	103.584,79 €
Total	70.197,24 €	2.562.000,00 €	1.195.766,29 €	229.783,42 €	2.562.000,00 €	1.068.458,87 €

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Empresa efetuou as seguintes transações com partes relacionadas:

TRANSAÇÕES	Ano 2015		Ano 2014	
	Fornecimentos e serviços externos (Nota 16)	Juros e gastos similares suportados (Nota 21)	Fornecimentos e serviços externos (Nota 16)	Juros e gastos similares suportados (Nota 21)
FCC Aqualia S.A. - Sucursal em Portugal	387.443,07 €	0,00 €	798.204,14 €	0,00 €
FCC, S.A.	0,00 €	44.949,08 €	0,00 €	36.013,17 €
Hidrotec, Tecnología del Agua, S.L.U.	6.475,98 €	0,00 €	6.545,04 €	0,00 €
FCC Aqualia S.A.	0,00 €	47.083,33 €	0,00 €	50.717,64 €
Total	393.919,05 €	92.032,41 €	804.749,18 €	86.730,81 €

12. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as contas a pagar apresentavam a seguinte composição:

	Ano 2015	Ano 2014
Fornecedores		
Partes relacionadas (Nota 11)	70.197,24 €	229.783,42 €
Fornecedores C/C	305.556,86 €	79.052,96 €
Total	375.754,10 €	308.836,38 €
Outras contas a pagar		
Pessoal	40,94 €	14.224,43 €
Fornecedores de investimentos (Nota 11)	1.065.795,56 €	953.730,80 €
Credores por acréscimos de gastos	195.528,60 €	233.639,40 €
Outros Credores	45.046,84 €	212.292,33 €
Total	1.306.411,94 €	1.413.886,96 €

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica "Outras contas a pagar" inclui saldos com partes relacionadas nos montantes de 1.195.766,29 Euros e 1.068.458,87 Euros, respetivamente (Nota 11).



13. CAPITAL PRÓPRIO

Capital

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o capital, totalmente subscrito e realizado, era composto por 50.000 ações com o valor nominal de 1 Euro cada.

Outros instrumentos de capital próprio

Esta rubrica inclui prestações acessórias que foram efetuadas pelos acionistas, na sequência de deliberação em Assembleia Geral, e que ficaram sujeitas ao regime das prestações suplementares. De acordo com este regime, tais prestações não vencem juros (art.º 210 do CSC) não têm prazo de reembolso definido (art.º 211 do CSC) e só podem ser reembolsadas se após o seu reembolso o capital próprio não ficar inferior à soma do capital e da reserva legal (art.º 213 do CSC).

Aplicação de resultados

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral realizada em 22 de junho de 2015, o resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, no montante de 25.690,22 Euros, foi transferido para reserva legal no montante de 1.284,51 Euros e o remanescente para a rubrica de resultados transitados.

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral realizada em 18 de dezembro de 2014, o resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, no montante de 56.676,70 Euros, foi transferido para reserva legal no montante de 2.833,84 Euros e o remanescente para a rubrica de resultados transitados.

14. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Vendas e prestações de serviços” apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2015	Ano 2014
Vendas e serviços prestados	2.375.783,71 €	2.228.430,97 €
Subcontratos (1) (Nota 6)	242.555,07 €	532.365,93 €
Total	2.618.338,78 €	2.760.796,90 €

(1) Corresponde à componente de proveitos relacionados na atividade de construção, reparação e manutenção das infraestruturas tal como referido nas notas 2 e 3.

15. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Custo de Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas” é detalhada como se segue:

	Ano 2015	Ano 2014
Matérias-primas		
Inventários iniciais	29.877,76 €	0,00 €
Compras	616.985,91 €	593.817,76 €
Inventários finais	29.629,98 €	29.877,76 €
Total	617.233,69 €	563.940,00 €



16. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Fornecimentos e Serviços Externos” é detalhada como se segue:

	Ano 2015	Ano 2014
Subcontratos (1)	242.555,07 €	534.478,43 €
Serviços especializados	460.513,91 €	439.754,13 €
Materiais	19.427,74 €	10.560,85 €
Energia e fluidos	144.556,51 €	150.434,34 €
Deslocações, estadas e transportes	9.957,81 €	21.464,96 €
Serviços diversos	176.091,61 €	176.552,58 €
Total	1.053.102,65 €	1.333.245,29 €

(1) Corresponde à componente de custos incorridos na atividade de construção, reparação e manutenção das infraestruturas tal como referido nas notas 2 e 3.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os gastos incorridos com partes relacionadas foram de 393.919,05 Euros e 804.749,18 Euros, respetivamente (Nota 11).

17. GASTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Gastos com o Pessoal” é detalhada como se segue:

	Ano 2015	Ano 2014
Remunerações	328.722,74 €	302.693,64 €
Encargos sociais	73.964,25 €	69.687,83 €
Seguros de acidentes de trabalho	3.974,26 €	4.193,25 €
Gastos de ação social (SHT)	311,66 €	8.898,68 €
Outros gastos com o pessoal	20.830,45 €	22.908,13 €
Total	427.803,36 €	408.381,53 €

O número médio de colaboradores ao serviço da Empresa, repartido por empregados e assalariados foi no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014, de 21 e 20 colaboradores, respetivamente.

18. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Outros rendimentos e ganhos” é detalhada como se segue:

	Ano 2015	Ano 2014
Rendimentos suplementares	0,00 €	5.103,47 €
Excesso da estimativa para impostos	1.686,36 €	0,00 €
Reversão provisão para impostos	1.631,87 €	0,00 €
Correções relativas a períodos anteriores	0,00 €	5.018,41 €
Outros rendimentos e ganhos	6.227,61 €	10.498,68 €
Total	9.545,84 €	20.620,56 €



19. OUTROS GASTOS E PERDAS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Outros gastos e perdas” apresentava a seguinte decomposição:

	Ano 2015	Ano 2014
Impostos e taxas	20.581,98 €	10.921,57 €
Donativos	0,00 €	5.195,00 €
Quotizações	540,00 €	820,00 €
Multas e penalidades	0,00 €	8.933,82 €
Serviços bancários	41.088,04 €	3.747,21 €
Dívidas incobráveis	31.418,54 €	0,00 €
Correções relativas a períodos anteriores	0,00 €	6.353,29 €
Outros gastos e perdas	4.082,00 €	4.864,17 €
Total	97.710,56 €	40.835,06 €

20. GASTOS DE DEPRECIÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o detalhe da rubrica de gastos de depreciação e de amortização era o seguinte:

	Ano 2015	Ano 2014
Ativos fixos tangíveis		
Equipamento básico	12.033,70 €	10.209,45 €
Equipamento administrativo	879,55 €	2.702,82 €
Ativos intangíveis		
Outros ativos intangíveis (Reversíveis)	192.793,55 €	192.788,28 €
Total	205.706,80 €	205.700,55 €

21. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

A rubrica “Juros e gastos similares suportados” apresentava no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a seguinte composição:

	Ano 2015	Ano 2014
Juros suportados		
Juros de financiamentos obtidos	93.426,05 €	115.658,03 €
Total	93.426,05 €	115.658,03 €

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica inclui transações com partes relacionadas nos montantes de 92.032,41 Euros e 86.730,81 Euros, respetivamente (Nota 11).



h

m

H
A

22. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) à taxa de 21%, nos termos do artigo 87º do Código do IRC, que pode ser incrementado pela derrama até à taxa máxima de 1,5% do lucro tributável dependo do município onde opera. No Município de Elvas, a derrama é de 0,4%, resultando numa taxa de imposto agregada máxima de 21,4%.

Para o exercício de 2015, os referidos lucros tributáveis são sujeitos a derrama estadual conforme segue:

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros;
- 5% para lucros tributáveis entre 7.500.000 Euros e 35.000.000 Euros;
- 7% para lucros tributáveis superiores a 35.000.000 Euros.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a Empresa encontra-se ainda sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2012 a 2015 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

Para o exercício de 2015, foram ainda alteradas as regras de dedução de prejuízos fiscais reportáveis (“PFR”). O prazo de reporte dos prejuízos fiscais reportáveis apurados em períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014 passou para doze períodos de tributação (este prazo é de cinco anos para os PFR apurados nos períodos de tributação de 2012 e 2013, quatro anos para os PFR apurados nos períodos de tributação de 2010 e 2011 e de seis anos para os períodos de tributação anteriores).

Adicionalmente, a dedução dos prejuízos fiscais reportáveis passou a estar limitada a 70% do lucro tributável, sendo esta regra aplicável às deduções efetuadas nos períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014, independentemente dos períodos de tributação em que tenham sido apurados.

Os gastos com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2015 e 2014, são detalhados conforme segue:



	Ano 2015	Ano 2014
Resultado antes de imposto	184.582,67 €	83.769,27 €
Amortização de investimentos reversíveis não aceites	192.793,55 €	192.788,27 €
Donativos	0,00 €	5.195,00 €
Multas, coimas, juros compensatórios e demais infrações	0,00 €	8.933,82 €
Correções relativas a períodos anteriores	0,00 €	6.353,29 €
Outros custos a acrescer	51.475,66 €	61.084,00 €
Amortização de investimentos reversíveis aceites	(139.401,87) €	(133.276,60) €
Excesso da estimativa para impostos	(1.686,36) €	0,00 €
Reversão imparidades e provisões	(81.008,90) €	0,00 €
Lucro tributável	206.754,75 €	224.847,05 €
Prejuízos reportados de anos anteriores	0,00 €	0,00 €
Matéria coletável	206.754,75 €	224.847,05 €
Coleta	42.818,50 €	50.814,82 €
Pagamento especial por conta	0,00 €	0,00 €
Pagamento por conta	0,00 €	0,00 €
IRC a pagar/(recuperar)	42.818,50 €	50.814,82 €
Derrama	3.101,32 €	3.372,71 €
Tributações autónomas	6.023,50 €	8.585,84 €
Total a pagar/(recuperar)	51.943,32 €	62.773,37 €
Imposto corrente do exercício	51.943,32 €	62.773,37 €
Imposto diferido ativo (Nota 7)	(25.374,33) €	(8.621,94) €
Imposto do exercício	26.568,97 €	58.079,05 €

23. ATIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, não existiam na Aquaelvas ativos contingentes, nem conhecimento de que pudessem vir a registar-se, relativamente ao período em questão.

24. MÚTUOS E GARANTIAS

Continuidade das operações

Risco de liquidez

Este risco tem origem nos desfasamentos temporais entre os recursos gerados pela atividade e as necessidades de fundos para corresponder ao pagamento das dívidas, circulante, etc.

Em 31 de dezembro de 2015, a empresa apresenta caixa e equivalentes no montante de 292.953,66 Euros, não existindo qualquer dívida financeira de curto prazo. Não obstante, os Administradores da



Aquaelvas elaboraram o presente Relatório e apresentam as presentes Contas Anuais com base na aplicação do princípio da continuidade das operações, uma vez que não têm dúvidas quanto à capacidade da empresa e do Grupo FCC em refinanciar ou reestruturar a sua dívida financeira, bem como para gerar recursos das suas operações e proceder ao desinvestimento em ativos não estratégicos que permitam adaptar a estrutura financeira à situação dos negócios e os fluxos de tesouraria de acordo com o Plano Estratégico em que a empresa e o Grupo estão empenhados e cujos principais objetivos são os seguintes:

- Melhorar substancialmente a rendibilidade das atividades desenvolvidas pelo Grupo;
- Reduzir a dívida financeira líquida, através do desinvestimento em negócios não estratégicos;
- Localizar o investimento nos negócios que oferecem um maior retorno e possibilidades de desenvolvimento, quer diretamente quer através de sócios financeiros;
- Adequar a estrutura organizacional e os sistemas de gestão a este novo cenário.

Adicionalmente, para as presentes contas anuais consideraram-se os seguintes fatores mitigantes de qualquer possível incerteza relativamente à aplicação do princípio da continuidade das operações:

- Processo de refinanciamento iniciado pelo Grupo FCC no exercício de 2013.
- Em 31 de dezembro de 2015, a Empresa dispunha de crédito utilizado no montante de 2.562.000 Euros, como se refere na Nota 11.

Todos estes fatores, juntamente com as diretrizes estratégicas implementadas e anteriormente referidas devem contribuir para uma melhoria significativa do resultado bruto de exploração do Grupo onde a Empresa está inserida, uma melhor gestão do capital corrente e dos riscos associados à sua expansão internacional e para a diminuição do seu endividamento financeiro líquido. O objetivo proposto no referido Plano Estratégico é aumentar a margem bruta de exploração assim como reduzir o endividamento financeiro líquido do Grupo para níveis que se consideram adequados e de acordo com as características e recorrência de grande parte dos negócios do Grupo.

Nota de garantias

Em 31 de dezembro de 2015, a Aquaelvas, juntamente com outras empresas do Grupo FCC, figura como garante nos créditos sindicados contraídos pela Empresa-Mãe, Fomento de Construcciones y Contratas, S.A., por um montante de 1.243 mil euros. Não existe nenhuma apólice de crédito bilateral na Fomento de Construcciones y Contratas, S.A., em que figure como garante a Aquaelvas.

25. LOCAÇÕES

Locações operacionais

Foram celebrados contratos de *renting* com a empresa Leaseplan no ano 2015, pelo período de 36 meses.



Durante os meses remanescentes prevê-se que venham a ser pagos 69.402,85 Euros, que discriminam da seguinte forma:

Ano	Valor
2016	25.726,92 €
2017	25.726,92 €
2018	17.949,01 €
TOTAL	69.402,85 €

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



h
m
Y



4.CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Aqualvas – Águas de Elvas, S.A. (“Empresa”), as quais compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2015 que evidencia um total de 5.429.605 Euros e capital próprio de 135.198 Euros, incluindo um resultado líquido de 158.014 Euros, as demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Aqualvas – Águas de Elvas, S.A. em 31 de dezembro de 2015, bem como o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

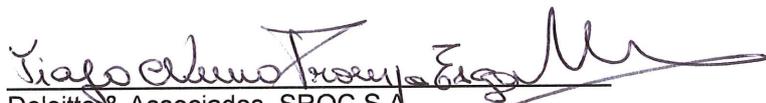
Ênfase

5. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações da Empresa. Contudo, em 31 de dezembro de 2015 os passivos correntes excedem os ativos correntes. Adicionalmente, a Empresa é garante solidária de financiamentos contraídos pelo Grupo onde está inserida de, aproximadamente, 1.243.000 Euros. Em consequência, a continuidade das operações da Empresa, o momento e valor de realização dos seus ativos e a exigibilidade dos seus passivos no curso normal das suas operações, dependem do sucesso futuro destas, da continuidade das operações do Grupo onde está inserida e da manutenção pelo acionista do suporte financeiro adequado.

Relato sobre outros requisitos legais

6. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 30 de junho de 2016



Deloitte & Associados, SROC S.A.

Representada por Tiago Nuno Proença Ésgalhado

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Ao Acionista da Aquaelvas – Águas de Elvas, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Aquaelvas – Águas de Elvas, S.A. (“Empresa”), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

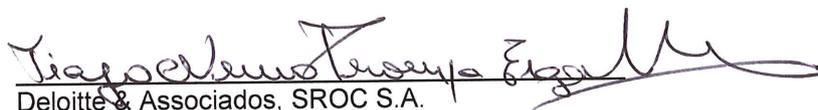
Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a evolução da atividade da Empresa, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Empresa as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de dezembro de 2015, as demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, revimos o Relatório de Gestão do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 preparado pelo Conselho de Administração e a proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que não inclui reservas e inclui uma ênfase, que se dá aqui por integralmente reproduzida.

Face ao exposto, somos da opinião que, tendo em consideração o parágrafo 5 da Certificação Legal das Contas, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Empresa o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 30 de junho de 2016



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Tiago Nuno Proença Esgalhado